



A ESCOLA PÚBLICA MINEIRA E OS RITUAIS CÍVICOS NA ERA VARGAS (1930-1945): UM PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA¹

Márcio Fagundes Alves²

Resumo:

Neste texto procura-se analisar o projeto de edificação de uma cultura escolar que contribuiu para a manifestação e consolidação de um ideário de nação que emergiu, sob a égide da industrialização e do desenvolvimentismo, como estrutura social instituidora de um espectro civilizatório, consonante com a perspectiva iluminista de construção do sujeito moderno. Para dar conta disso, tomou-se por enfoque a escola pública mineira na Era Vargas como um espaço social inculcador e forjador de uma “nova identidade brasileira”, identidade esta que deveria estar coadunada com os princípios políticos, econômicos, sociais e culturais de um estado ditatorial, alicerçado num projeto nacionalista e desenvolvimentista.

Palavras-chave: Era Vargas; nova identidade brasileira; projeto nacionalista e desenvolvimentista.

THE MINING PUBLIC SCHOOL AND CIVIC RITUAL WAS VARGAS (1930-1945): A PROCESS OF RECONSTRUCTION OF BRAZILIAN NATIONAL IDENTITY

Abstract:

*This text aims to analyze the project of building a school culture that contributed to the manifestation and consolidation of a nation that has emerged to ideal, under the aegis of industrialization and social structure development, as establishing a spectrum of civilization, in line with the prospect of construction of the Illuminist subject modern. To realize this, focused public school in mining age Vargas as a social space and an armorsmith inculcador "new Brazilian identity", this identity that should be **coadunada** with the principles of political, economic, social and cultural rights a dictatorial State, grounded in a nationalist and development project.*

Key words: Age Vargas; new Brazilian identity; nationalist and development project.

¹ Este texto é parte integrante da tese de doutoramento intitulada: “A (re)construção da identidade nacional nas escolas públicas mineiras na Era Vargas (1930-1945), orientada pela Prof^ª Dr^ª Libânia Nacif Xavier do Programa de Pós-Graduação- Doutorado em Educação- Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Doutor em Educação (UFRJ). CAEd - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – UFJF.

Introdução

“A identidade não é um dado imutável. Nem externo que possa ser adquirido. Mas é um processo de construção do sujeito historicamente situado” (PIMENTA, 2002). Nesse sentido, analisar a edificação de um projeto estatal de cunho identitário-nacionalista é situá-lo em seu período e contexto histórico, elucidando suas manifestações e representações em diversos espaços sociais, sejam eles públicos ou privados, individuais ou coletivos. Ou seja, é analisar a busca de afirmação e legitimação de práticas e rituais cívico-nacionalistas que, consagrados culturalmente, permanecem significativos e instituidores de um conjunto de significações imaginárias e sociais que almejam forjar uma identidade nacional una, indivisível, homogênea e coesa, coadunada com os interesses dos grupos sociais que gravitam e atuam, direta ou indiretamente, nos aparelhos do Estado Nacional.

Analisar historicamente a escola pública mineira na Era Vargas é reconhecê-la como estrutura social legítima e responsável pela (re)construção da identidade nacional brasileira, num contexto histórico específico, marcado por um regime político autoritário e ditatorial. E analisar o projeto de edificação de uma cultura escolar que contribuiu para a manifestação e consolidação de um ideário de nação que emergiu, sob a égide da industrialização e do desenvolvimentismo, como estrutura social instituidora e forjadora de um espectro civilizatório, consonante com a perspectiva iluminista de construção do sujeito moderno (Hall, 2006).

Identificar o processo educacional como elemento de ascensão social/industrial de uma classe média emergente, que veio ocupar, naquele contexto histórico, a burocracia e os postos centrais do poder público em suas diversas instâncias, é analisar os elementos sócio-culturais que contribuíram para a elaboração e construção de um imaginário político, social e cultural, que manifestou e buscou legitimar uma ética capitalista e desenvolvimentista, representada pelo efeito “modernizador” do estado ditatorial varguista.

Rituais e símbolos do desenvolvimento nacional ilustravam as cartilhas educacionais, manifestando símbolos e imagens ufanistas, como por exemplo, da “Manchester Mineira” alcunha atribuída a cidade de Juiz de Fora-MG, devido o desenvolvimento de suas indústrias têxteis semelhantes à Manchester Inglesa. Cenas filmadas pelo cineasta João Carriço, sobre a visita de Getúlio Vargas a Juiz de Fora, percorriam os espaços públicos da cidade, formando

almas e unificando corações e mentes em torno de um estadista conhecido como “pai dos pobres e mãe dos ricos”.

A construção da memória e da história dos líderes e heróis nacionais, representativos do modelo republicano varguista, também se fez presente na inauguração de nossas escolas, inventando uma tradição consequente do processo de proclamação da república. Homenagens póstumas a Duque de Caxias, Fernando Lobo e Tiradentes, heróis da construção histórica oficial e nacional, foram consagradas, através de bustos e estátuas erguidas em espaços públicos municipais ou como nomes das principais escolas públicas mineiras.

Elementos simbólicos e imaginários constitutivos do Estado varguista emergiram, no entanto, não como elementos extrasociais, ou meramente representativos dos grupos sociais dominantes, mas sim como reconfigurações e ou redimensionamentos já presentes nas diversas esferas sociais e culturais brasileira. Características culturais dos diversos segmentos sociais brasileiros projetaram-se no imaginário político varguista. Tal afirmativa se faz relevante, pois vem se contrapor à idéia de que as escolas são meramente reprodutoras e legitimadoras do saber dominante. Para Ginsburg (1986), sob os preceitos da teoria da circularidade, os elementos oriundos da classe dominante são (re)significados pelas classes dominadas e vice e versa, o que não equivale negar o papel crucial dos aparelhos ideológicos do estado que impõem, sob diversas formas, a sua conduta, os seus ideais e valores políticos, econômicos e sociais.

As características culturais das diversas raças que compõem a sociedade brasileira (índios, negros e brancos) foram traduzidas como fator de “democracia racial”, referendadas na obra de Gilberto Freyre (2002) – Casa Grande e Senzala, bastante utilizada pelo Estado varguista como forma de manter o ideário de um Estado de Compromisso.

Outro exemplo, extremamente significativo, que ratifica a referida teoria da circularidade de Ginsburg (1986), analisado por Capelato (1994), em sua obra intitulada “Multidões em Cena”, questiona, por exemplo, a idéia de que os ideais nazistas implementados na Alemanha no período entre-guerras, seriam única e somente obra do estado Hitlerista. A autora introduz novos elementos de análises que vêm afirmar que tais elementos autoritários germânicos apresentavam-se instituídos no imaginário do povo alemão, fruto da construção de uma memória nacional e até mesmo de um passado recente,

ou seja, os efeitos do pós-primeira guerra e da crise de 29 na política e na economia alemã. No entanto, a ênfase dada na culpa de um povo, enxergando o anti-semitismo como algo da sua essência, parece uma enorme simplificação, por minimizar ou ignorar outros aspectos do problema, aspectos de natureza histórica, antropológica, psicossocial e até mesmo psicobiológica.

Neste sentido, caracterizando o Estado Novo sob a ótica política de um “Estado de Compromisso”, formado da coalizão de diversas forças sociais, remete-nos à necessidade de busca de uma análise histórica que vem possibilitar a ampliação de uma nova abordagem histórica-educacional que prevê a desconstrução das identidades coletivas, formadas no âmbito escolar que, constituídas inicialmente de diversas identidades, tendem no decorrer do processo educacional à homogeneização, visto apresentarem-se inseridas numa escola estruturada sob a égide de saberes dominantes, autoritários e ditatoriais.

Analisar a escola como elemento de regulação e de controle social em estados autoritários é tarefa bastante desenvolvida e pesquisada. No entanto, este trabalho propõe analisá-la não somente como receptáculo de decretos federais, mas sim, em verificar como as escolas públicas estaduais mineiras referendaram ou negaram estes elementos. Por isso, elementos constitutivos do cotidiano escolar, tais como as festas cívicas, as comemorações, a organização espacial e temporal e etc. traduziram estes elementos.

1.1 A história pátria no currículo escolar

Atualmente, se analisarmos o currículo escolar brasileiro, em nosso caso específico, das escolas públicas mineiras e suas práticas didático-pedagógicas, percebemos a ausência de objetivos, conteúdos e rituais referentes à formação cívico-nacionalista dos educandos. Tal fator pode ser explicado, basicamente, em função do processo de crise e (re)construção daquilo que denominamos de identidade nacional moderna e, principalmente, das interpretações e preceitos, esboçadas em novos referenciais teóricos e metodológicos, principalmente com relação ao ensino de História que, identificam o ensino da História-Pátria, como símbolo constitutivo da ditadura militar, de um momento histórico autoritário que utilizava a celebração dos símbolos pátrios como forma de escamotear a realidade política, econômica e social estabelecida.

No entanto, é válido ressaltar que, mesmo sob forte oposição dos docentes, algumas permanências e influências da História-Pátria ainda se fazem presentes, como por exemplo, a divulgação dos símbolos patrióticos na contra-capa dos livros-didáticos que são distribuídos, via Ministério da Educação, para os alunos das escolas públicas brasileiras. Além de alguns projetos de Secretarias Estaduais e Municipais de Educação que tornam obrigatório o hasteamento da bandeira no espaço escolar, pelo menos uma vez por semana.

Nesse sentido, Sarmiento (2007), analisando os sistemas de ensino no Brasil, acerca da formação da identidade nacional e os efeitos da globalização afirma,

que partindo de todas as análises realizadas, foi possível concluir que há uma grande diferença entre os ideais que se pretendeu passar, através da escola, ao longo do tempo. Dependendo da situação e das condições que o país possuía em determinado momento houve mudanças. O início do século XX foi marcado pela necessidade de se estabelecer, nos indivíduos, o sentimento de pertencer a uma pátria e, para tal foi mobilizado todo o sistema educacional, através de leis e orientações que se refletiam tanto na rotina das escolas, quanto nos atos cívicos e trabalhos específicos sobre heróis nacionais. (...) Com o processo de globalização as necessidades da sociedade mudaram e lidar com a identidade nacional tornou-se uma questão mais complexa. Há o reconhecimento de que temos uma identidade próprio, caracterizada por essa brasilidade resultante de nossa formação histórica, com características próprias reconhecidas, mas ao mesmo tempo em constante redefinição (2007, p.16).

É importante destacar, sob esta afirmativa que, há tempos atrás, o ensino e as festividades cívico-nacionalistas constituíam uma prática e um ritual obrigatório nas escolas brasileiras. Desde a Reforma de Francisco Campos, de 1931, sob pressão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, a História-Pátria instituía uma clara manifestação de suas posições nacionalistas, em detrimento das pedagógicas. Já a Reforma Capanema, de 1942, restabeleceu a História do Brasil como disciplina autônoma e confirmou como seu objetivo fundamental a formação moral e patriótica. Jonathas Serrano, um de seus elaboradores, lembrava que,

Na terceira e na quarta série do curso ginasial o estudo da História do Brasil visa precipuamente à formação da consciência patriótica, através dos episódios mais importantes e dos exemplos mais significativos dos principais cultos do passado nacional. Assim como nas aulas de História Geral, serão postas em relevo as qualidades dignas de admiração, a dedicação aos grandes ideais e a noção de responsabilidade. (Serrano apud Fonseca, 2004, p. 54).

Foi neste período que as ações do Estado sobre as diretrizes educacionais no sentido de formação ou (re)construção moral e política se fizeram presentes, entendendo a

importância do cultivo de uma história e de uma memória nacional para a (re)construção da identidade nacional brasileira. Para Fonseca,

Suas estratégias não se limitavam ao ensino escolar propriamente dito, mais iam além, atingindo políticas de preservação do patrimônio histórico e da celebração da memória da nação, por meio das festas cívicas. Essas ações forma, afinal, mantidas por várias décadas, marcando fortemente o chamado período populista, até o início da década de 60 (Fonseca, 2004, p. 72).

Foi sob esta ótica que as estratégias didático-pedagógicas se fizeram presentes por toda a estrutura centralista educacional brasileira, como numa composição escrita sobre Tiradentes por um aluno do 3º ano do ensino ginásial do Ginásio São Bento, no Rio de Janeiro, em 1937 que dizia:

A sua alma cívica, a sua fé em Cristo deram-lhe forças para que pudesse suportar aqueles dois longos anos de prisão e ainda encontrasse coragem suficiente ara fortalecer o ânimo combalido de seus companheiros de infortúnio. Aí é que se revela o seu grande caráter, nobre e grande: só então é que Tiradentes nasce para a panteão da imortalidade! No dia 21 de abril de 1792, no campo da Lampadosa, Rio de Janeiro, subiu a (sic) forca o impávido herói: firme em sua crença admirável em sua grandeza moral, mais alto que a forca aonde sua presença o erguia, levantou-se para a Pátria como símbolo imortal da Liberdade! (Acerca da Inconfidência. Jornal do Brasil, 22 de abril de 1937 apud Fonseca, 2004, p. 78)

E, em Minas Gerais, que, sob o mesmo tema e ótica, no Colégio Santo Agostinho-Belo Horizonte, um padre discursou aos seus alunos dizendo:

Na sua figura lendária, veneramos e cultuamos através das datas, as figuras hercúleas dos que derramaram seu sangue pelo engrandecimento da pátria, pela liberdade do Brasil, pelo seu progresso e pelas suas grandes tradições de povo cristão. Tiradentes é um símbolo, um modelo que a mocidade não pode esquecer e por terem alguns esquecido esse ideal sublime de honra, do dever e da religião, vemos a pátria brasileira em perigo, minada por esses mesmos filhos ingratos que tudo receberam dela e agora nada querem lhe dar. O verdadeiro patriota tem que se levantar contra este perigo. O jovem de caráter e, principalmente o moço católico, tem que vibrar de amor patriótico e sair dessa inércia esgotadora das energias duma mocidade que é a esperança da pátria, sendo, por isso mesmo, alvo dos agentes dissolventes dos sentimentos cristãos e patrióticos que a todo custo querem ganhar a mocidade (“O dia de Tiradentes – Colégio Santo Agostinho- Minas Gerais, 1942, apud Fonseca, 2004, p. 82-83).

Foi, no entanto, com o regime militar, instalado em 1964, alicerçado nas disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, incluídas como disciplinas obrigatórias pela Lei 5.692/71, e veiculadas na denominada “Hora Cívica”, que a escola entoou cânticos e hinos nacionais, divulgando os símbolos nacionais, as pesquisas e lutas heróicas de nossos líderes patrióticos, o hasteamento das bandeiras e, principalmente, a transmissão às novas gerações, em fase escolar, dos princípios da ordem, progresso e nação.

Estes princípios, sob a ótica da Segurança Nacional, definiam em lei, as finalidades destas disciplinas:

(...) a preservação, o fortalecimento e a projeção de valores espirituais e éticos da nacionalidade, o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; o culto à pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva visando o bem comum; o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. (Decreto Lei n. 68.065. 14/01/1971 – CFE. Apud Fonseca, 2004, p. 57).

A partir de 1986, sob o impulso de uma proposta de renovação curricular implementada em Minas Gerais e São Paulo, que os preceitos do ensino cívico e patriótico tradicional se esvaíram, dando lugar a novos objetivos curriculares que, embasados em uma perspectiva marxista, principalmente na disciplina História, preconizavam,

A análise das sociedades humanas, ao longo do tempo, através da percepção do trabalho humano, socialmente necessário e coletivamente construído, que determina e, ao mesmo tempo, é determinado pelas formas de organização social, política e ideológica dessas comunidades.

Tais preceitos e pressupostos vieram negar a construção do processo histórico nacional e identitário brasileiro como fruto de ações individuais e heróicas, analisando a história e a memória nacional a partir dos conflitos políticos, econômicos, sociais e culturais.

No entanto, a partir da década de 90, o currículo escolar de Minas Gerais sofre novas alterações, incorporando tendências educacionais e historiográficas contemporâneas, alicerçadas nos princípios da Nova História e dos conceitos e categorias presentes e constitutivas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), os quais vêm negar a existência de uma identidade nacional homogênea, objetivando que os alunos sejam capazes de,

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais.

Destacamos assim, que a cultura escolar e seus elementos constitutivos, em nosso caso os rituais cívicos e nacionalistas, referentes aos projetos de (re)construção da identidade nacional brasileira, somente pode ser elucidada se considerarmos suas múltiplas e diversas relações com o contexto histórico em que apresenta-se imersa, mesmo que reproduzindo ou negando as diretrizes educacionais oriundas dos aparelhos do Estado, pois para Hobsbawm (1997), alguns sociólogos,

Tentaram analisar o “significado” destas cerimônias partindo de uma concepção durkheimiana, funcionalista, frisando a força integradora dos rituais e a maneira

como eles personificam e refletem, sustentam e reforçam valores profundamente arraigados e generalizados entre o público. Sob um outro ponto de vista, o mesmo ritual é encarado não como expressão de um consenso atingido pelo povo, mas como personificação da “mobilização de tendências”- um exemplo de consolidação da preponderância ideológica da elite dominante através da exploração do cerimonial como propaganda.

Para o autor, em ambos os casos, os sociólogos buscam deduzir qual seja o “significado” do cerimonial na sociedade industrial a partir de uma análise basicamente descontextualizada do ritual em si (1997, p. 114).

A partir destas críticas Hobsbawn (1997) propõe redescobrir um novo “significado” para estas práticas e rituais, por meio do emprego de uma metodologia diferente, qual seja, a de localizá-los de maneira mais abrangente, o seu respectivo contexto histórico.

A idéia central em que se baseia esta abordagem é que as ocasiões solenes, assim como as obras de arte ou de teoria política, não podem ser interpretadas simplesmente “em termos de sua estrutura interna, *indépendant de tout sujet, de tout objet, et de toute contexte. Como acontece com todas as manifestações culturais que podem ser tratadas* como textos, ou todos os textos que podem ser tratados como manifestações culturais, exige-se uma descrição “ampla, e não “restrita”. No caso das ocasiões solenes, assim como no das grandes obras de teoria política, estudar o contexto não significa apenas obter informações adicionais...; é também uma preparação...para que tenhamos uma compreensão...melhor do seu significado do que a poderíamos talvez obter a partir da simples leitura do texto em si. Portanto, para redescobrir o “significado” do ritual no período moderno, é preciso relacioná-lo com o ambiente social, político, econômico e cultural específico em que ele de fato se realizava.(...) iniciar o processo de interpretação. (Hobsbawn, 1997, p. 115).

1.2 Os rituais cívico-nacionalistas representados em conteúdos e práticas pedagógicas nas escolas públicas mineiras.

Objetivamos, então, descrever e analisar as cerimônias, as práticas e os rituais cívico-nacionalistas realizados nas escolas públicas mineiras na Era Vargas, tendo por base os “Termos de Visita”, as “Atas de Reunião de Leitura” e as “Atas de Auditório” pertencentes ao Grupo Escolar José Rangel durante os anos de 1930-1945, localizado no município de Juiz de Fora- Minas Gerais, integrante da rede pública estadual de ensino.

Tais documentos revelam-nos aspectos constitutivos da dinâmica escolar pública mineira e, conseqüentemente, da educação brasileira no período em questão, visto ser característica da Era Vargas o intenso processo de centralização político-administrativa e educacional no executivo federal, a partir da criação do Ministério da Educação e da Saúde, em 1930.

No entanto, os documentos analisados referendam a escola pública estadual mineira, como espaço reprodutor do projeto nacionalista de Vargas, mas também, como um espaço social e educacional formal, relativamente autônomo, construtor de saberes e conhecimentos alicerçados em práticas pedagógicas específicas e constitutivas de sua própria dinâmica estrutural.

Nesse sentido, a escola organizava o chamado auditório, espaço e momento de efetivação dos rituais cívicos e nacionalistas, forjadores e inculcadores das diretrizes curriculares pátrias oriundas do Ministério da Educação e Saúde Pública. Este momento e espaço educativo formal tomava grande parte do currículo e da carga-horária escolar, saudando e comemorando heróis, líderes, projetos, fatos e acontecimentos referentes à história oficial brasileira, buscando (re)construir uma identidade nacional através da uniformização de gestos e rituais e da inculcação de uma memória e de uma história nacional coletiva.

Inspirado nos ideais nazi-fascistas europeus, com relação ao culto dos governantes, a ata do auditório do Grupo José Rangel comemorou no dia 10 de novembro de 1943,

Com a presença da Diretora, auxiliar da diretoria e demais professoras do estabelecimento, realizou-se no pátio da escola, um auditório em comemoração ao sexto aniversário do “Estado Novo”, foi homenageado o presidente da República o Exmo Dr. Getúlio Vargas. A sessão foi presidida por um aluno do 4º ano da professora Lucy Matos. Foi aberta a sessão com o hasteamento da Bandeira Nacional. A seguir foi executado o seguinte programa: I – Hino Nacional. II – Ser Brasileiro – Poesia – Pela professora Lenir Costa. III a Constituição – Leitura – pela aluna Maria Flávia – Sala 3- 4º ano. IV- Getúlio Vargas – Poesia. V- Juventude Brasileira – Canto (...) (Ata de Auditório, 1943, p. 08).

Destacamos na referida citação que a escola comemorava, juntamente com toda a comunidade escolar, o aniversário de implantação da ditadura do Estado-Novo – 1937 - objetivando inculcar e legitimar a importância do Estado ditatorial na mais tenra infância, ou seja, em alunos das 3ª e 4ª séries, com idades variando entre 09 e 10 anos.

A construção de uma história e de uma memória coletiva, reificada e celebrada nos feitos dos grandes líderes da história nacional, constituiu grande parte destes auditórios, objetivando forjar identidades sob características heróicas e nacionalistas.

Realizou-se no dia vinte e um de abril de mil novecentos e quarenta e quatro no pátio do Grupo José Rangel(...) um auditório em comemoração ao Mártir da Independência, digo ao dia do Mártir da Independência(sic). (...) Em primeiro lugar foi hasteada a Bandeira Nacional e a seguir foi executado o seguinte programa: I- Hino Nacional. II Saudação à Bandeira. III. Tiradentes- Leitura. IV- Conjuração

Mineira- Leitura. V- Hino Tiradentes. VI – Tiradentes- Poesia. VII – A morte de Tiradentes . VIII- Inconfidência Mineira- Composição (...) IX- Hino a Pátria (...) (Ata de Auditório, 1940, p. 09).

Celebravam, também, o Herói Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro, como a homenagem realizada no dia 25 de agosto de 1944, assim descrita

(...) em homenagem ao grande soldado brasileiro: Duque de Caxias.(...) O programa foi assim organizado: I- Hino Nacional. II- As côres(sic) da bandeira brasileira. III- Caxias, o maior soldado do Brasil. IV- Soneto a Caxias. V- Biografia de Caxias. VI- Hino a Caxias. VII- Saudação ao legionário brasileiro(...) Esgotado o programa, a Diretora encerrou a sessão com palavras de elogio pelos trabalhos apresentados e dirigiu aos alunos entusiásticas palavras alusivas a data (Ata de Auditório, 1994, p. 11).

Um ponto a ser destacado na cultura escolar do período refere-se ao princípio da ordem e rigidez disciplinar, ou seja, na formação de corpos dóceis (Foucault, 2000). Em várias atas de auditório analisadas, destacam-se os comentários da Direção acerca da organização ordeira do evento, exemplificadas e ilustradas nas seguintes citações,

(...) Para finalizar, a Sra. Diretora dirigiu-se a todos os presentes e, com palavras expressivas, comentou sobre a perfeita organização de todos os trabalhos que vieram contribuir para o bom êxito do referido auditório.(...) (p. 13)

(...) a Sra. Diretora fez ligeira , mas consisa(sic) preleção aos alunos, sobre a data celebrada, referindo-se também à conduta irrepreensível dos mesmos durante a apresentação do auditório. (Ata de Auditório, 1939, p. 09).

Ou, em outra reunião acerca do recreio, expondo,

Vários planos no sentido de melhorar a disciplina nos recreios, como por exemplo, a prática de jogos e brinquedos pedagógicos e interessantes, dirigidos pelas professoras de ginástica, auxiliadas pelas professoras designadas pela vigilância do recreio.

O processo de visitas de inspetores técnicos regionais era procedimento constante nas escolas públicas mineiras, seja naquilo que se refere à necessidade dos professores em contribuir para a Caixa Escolar, seja para inaugurar bustos, estátuas e símbolos nacionais. Assim a ata da reunião de leitura de 1938, descreve:

Com a presença do corpo docente dos Grupos Centrais, o Sr Inspetor, depois de algumas palavras sobre assuntos gerais referiu-se à questão da Caixa Escolar, motivo único dessa reunião. Expôs às professoras a necessidade do Caixa, deixando ao critério das mesmas a quantia a ser dada. (...) Num veemente apelo ao Professorado, o Sr. Inspetor encareceu(sic) a necessidade, utilidade dessa contribuição que visa dar algum conforto às crianças (...). Finalmente ficou deliberado que a professora contribuirá mensalmente com 5\$000, a estagiária efetiva com 3\$000 e a estagiária contratada com 2\$000 (...).

Neste mesmo dia o Sr. Inspetor “convidou” a todos a permanecerem no estabelecimento para assistirem à inauguração do retrato do Governador, Ilmo. Sr. Benedito Valadares.

Um outro ponto revelador destas fontes permite-nos elucidar os referenciais teóricos e metodológicos utilizados na prática escolar, percebendo o processo de ensino-aprendizagem a partir de uma concepção educativa de cunho individualista e psicológico, como, por exemplo, nas observações finais feitas em uma reunião escolar datada de maio de 1938, acerca da atuação dos professores no sentido de um “maior rendimento de ensino”, “método global – seus fundamentos psicológicos e aspectos pedagógicos. Sua utilização como instrumento natural e biológico de ensino. (p. 03) (...) um curso para professoras sobre questões de psicologia e pedagogia (p. 06).

No entanto, nesta mesma documentação, destacamos algumas resistências ao referido processo de homogeneização escolar, como por exemplo, nos seguintes dizeres das professoras sobre a relevância e o reconhecimento do contexto sócio-histórico e cultural em que os alunos apresentavam-se inseridos. Assim, proferiam:

Necessidade de uma só orientação para o ensino em todas as classes e nos diversos períodos do curso. Como conciliar a uniformização de métodos e processos com a heterogeneidade de classes, que não podem obedecer a um só critério de organização, devido a motivos sociais diversos (...) Como se faz praticamente o diagnóstico do meio e se joga com a bagagem de aquisições pré-escolares, visando ao rendimento do ensino (...) (p. 04).

Numa reunião posterior, não comprovada em documentos, mas supostamente tangível, o Inspetor Benjamin Ramos César propôs discussões pedagógicas, visando a ampliação de conhecimentos dos professores,

Fazendo comentários de bons autores estrangeiros para adaptá-los ao nosso meio (...). Lembrou a leitura dos seguintes livros e pôs à disposição das professoras. Como a gente se torna educador de Paul Bernard e Representação do mundo na mente da criança de Jean Piaget e Psicologia da Criança de Claparede. Teve então a palavra a orientadora, que escolheu como assunto Processo de Leitura. Leu um trecho sobre a leitura silenciosa e sobre a leitura oral, concluindo pela primeira como a que mais corresponde aos processos racionais de ensino (p. 05).

No entanto, no final da mesma reunião, o inspetor novamente convida as professoras para a inauguração, no estabelecimento, do retrato do “chefe da nação”, o Exmo. Sr. Getúlio Vargas.

Ressaltamos, porém, que na mesma escola, espaço de relações de força e poder, práticas de reprodução e resistência, fizeram-se valer. No entanto, o princípio da identidade nacional permeou o cotidiano escolar, como numa reunião pedagógica em que uma

professora explicou como em torno do “centro de interesse” era importante os grandes vultos nacionais, propondo “colocar a democracia racial na ata de reunião de leitura sobre os livros a bonequinha preta e a bonequinha doce”. (p. 15).

Notamos através das documentações disponíveis e analisadas que a escola pública mineira institui saberes e práticas educativas coadunadas com as diretrizes oriundas do Ministério da Educação e da Saúde Pública de Vargas, outorgando normas e decretos que, mesmo ressignificadas na dinâmica educativa, buscaram forjar uma identidade nacional pautada em princípios harmônicos, coesos e solidários, deflagrando através de rituais cívico-nacionalistas, uma história, uma memória e uma identidade oficial brasileira coletiva.

Considerações Finais

Partindo do pressuposto de que a Educação é e sempre foi um terreno regido pela ética e, portanto, pela necessidade de transmitir e dar continuidade a certos valores sociais, dos quais depende a própria existência e preservação da sociedade, como afirma Arendt (1993), é que insistimos na necessidade e na importância de analisá-la à luz de seu contexto histórico e de suas múltiplas e diversas relações com as outras estruturas que compõem nossa realidade vivida e imaginária.

É sob esta ótica que reiteramos o princípio de que a educação é e sempre foi um projeto. Projeto de uma estrutura educativa formal e legitimamente reconhecida pelas diversas instâncias e grupos sociais que, num jogo de forças e poderes, tendem utilizá-la no sentido de impor seus saberes, conhecimentos, normas e formas organizativas.

Nesse sentido, este texto buscou analisar a escola pública mineira na Era Vargas como um espaço social inculcador e forjador de uma “nova identidade brasileira”, identidade esta que deveria estar coadunada com os princípios políticos, econômicos, sociais e culturais de um estado ditatorial, alicerçado num projeto nacionalista e desenvolvimentista.

Bibliografia

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editora Presença, 1970.

ARANHA, M.L. de A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 2005.

ARENDT, H. **A Dignidade da Política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

AZEVEDO, F. **A Educação e seus problemas**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1937.

BACZO, B. **Os imaginários sociais**. Rio de Janeiro: DP&A, 1990

BABHA, H.K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BRAUDEL, F. **Reflexões sobre a história**. São Paulo: Contexto, 2003.

BRAICK, P.R.; MOTA, M.B. **Das Cavernas ao Terceiro Milênio**. Rio de Janeiro: Moderna, 1993.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 2002.

BOURDIEU, P.; PASSERON. **A Reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.

CANCLINI, N.G. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 1998.

CANEN, A. **Organizações Multiculturais: logística na corporação globalizada**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005.

CANIVEZ, P. **Educar o cidadão**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1999.

CAPELATO, M.H. **Multidões em cena-propaganda política no varguismo e peronismo**. Campinas: Papirus, 1998.

CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

CARVALHO, M.M.C. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, M.C. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2000.

CAPELATO, M.H. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, C.M. (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2000.

DE CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1990.

FARIA FILHO, L.M. **Pesquisa em História da Educação**: perspectivas de análise, objetos e fontes. Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

FARIA FILHO, L.M. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, A.C.; MACEDO, E. (orgs.) **Disciplinas e integração curricular**: histórias e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2002

FELIX, L. **História e Memória**: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: UPF, 2004.

FONSECA, T.N. de L. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. São Paulo: Cortez, 2002.

GINSBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Cia das Letras, 1987

GOMES, Â. de C. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

HALL, S. **Da Diáspora**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro Paz e Terra: 1997.

HOBBSAWN, E. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995

HORTA, J.S.B. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Porto: Imprensa Nacional: 1984.

LOPES, A.R.C.; MACEDO, E. (orgs.) **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, A.R.C. Conhecimento escolar: processos de seleção cultural e de mediação didática. **Educação e realidade**. Porto Alegre, 1997

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2000.

MAZZOTTI, A.J.A.; GEWANDSNADJER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

MIRABEAU. Discurso Revolucionário. **Bicentenário da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Abril, 1989.

ORTIZ, R. **Globalização, Modernidade e Cultura**. Revista Semear, 06. Rio de Janeiro, 2002.

PEIXOTO, A.M.C. **A Educação mineira no Estado-Novo**. São Paulo: EDUSC, 2003.

REVEL, J. **Jogo de Escalas: A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Difel, 2005.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTOS, B. de S. **Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Porto: Afrontamento, 1995.

SARMENTO, D.C. **Sistemas de Ensino no Brasil: formação da identidade nacional e efeitos da globalização**. Belo Horizonte: FAPEMIG, 2007.

SAVIANI, D. **História e História da Educação**: o debate teórico-metodológico atual. Campinas: UNICAMP, 1997.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H.M.B.; COSTA, V.M.R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Lições de Minas**: 70 anos da Secretaria de Educação. Belo Horizonte, 2000.

SKIDMORE, T. **De Getúlio a Castelo**. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

SOUZA, R.F.; VALDEMARIM, V.T. (orgs.) **A Cultura Escolar em Debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2005.

VALLE, L. do. **A escola imaginária**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Fontes Primárias:

Diário Mercantil e Diário da Tarde – 1937-1945 – Biblioteca Municipal de Juiz de Fora

Atas de reuniões, cadernos, atas de visitas (1937-1945) – Escola Estadual Prof. José Rangel, Escola Estadual Duque de Caxias e Instituto Estadual de Educação – Juiz de Fora – Minas Gerais. Arquivos das Escolas Estaduais e Centro de Referência do Professor – Belo Horizonte/Minas Gerais

Legislação, reformas educacionais, livros, cartilhas e propagandas nacionalistas produzidas na Era Vargas (1937-1945) pelo Ministério da Educação e Saúde e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. CPDOC - Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro.